



Aprovada MP que adiou para julho validade da Lei das ONGs



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sem alterações, Medida Provisória 658/2014 segue para promulgação e libera pauta do Senado para análise de outras proposições

Legislação considerada marco civil das relações entre organizações não governamentais e o poder público entrará em vigor no final de julho, conforme estabelece MP aprovada ontem. Gleisi Hoffmann, relatora, lamentou a falta de debate em torno de alterações aprovadas em dezembro por comissão especial. Caso fosse modificada, MP voltaria à Câmara e poderia perder a validade. **3**

Relatora da MP, Gleisi afirma que não houve tempo para discutir o texto feito pelo Executivo

Senado terá grupo para acompanhar Venezuela

O Plenário aprovou a criação de comissão externa para visitar a Venezuela, que atravessa um acirramento na crise entre o presidente Nicolás Maduro e a oposição. Ideia é obter mais detalhes sobre a situação a partir de contato com setores da sociedade venezuelana. **7**

Plenário decide que voto distrital para vereador será reavaliado **2**

Reforma política começa a ser examinada na semana que vem **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan coordena reunião que estabeleceu o entendimento entre os líderes partidários sobre o comando dos colegiados

Líderes definem comando de comissões

Os primeiros nomes para as presidências das 12 comissões permanentes foram decididos levando em conta o tamanho das bancadas partidárias. O PMDB ficará com três comissões, o PT com duas e outros sete partidos com uma cada um. **3**

Especialistas cobram atenção a doenças raras

Criação de centros de referência e mais recursos para pesquisas foram algumas das iniciativas apontadas como necessárias em seminário ontem no Congresso. País tem 15 milhões de pessoas com doenças pouco comuns. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadores Romário e Ana Amélia (2ª à dir.) participam do evento

Congresso busca acordo para novas regras de votação de vetos **5**

Mudança na classificação de risco da Petrobras repercute entre senadores **6**

Ministra do Meio Ambiente pede rapidez para Lei da Biodiversidade **4**



AGORA É LEI
Lei 13.002/2014

O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei



Senado Federal | Senado | Publicidade e Marketing

Texto de 2011 que estabelece eleição majoritária para câmara de cidade com mais de 200 mil habitantes será reavaliado pela CCJ, que também examinará projeto sobre o mesmo tema apresentado neste ano

Voto distrital para vereador volta à análise de comissão

O PLENÁRIO DO Senado decidiu ontem que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai reavaliar projeto apresentado em 2011 por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que estabelece o voto distrital para a escolha de vereadores nos municípios com mais de 200 mil habitantes. O pedido de reanálise foi apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR).

Jucá disse ser importante que a CCJ volte a examinar o PLS 145/2011 porque foi apresentado outro projeto — o PLS 25/2015 — que trata do mesmo tema. Além disso, ressaltou, a comissão a partir de agora terá outra composição, que merece discutir o tema.

A ideia original de Aloysio era a de que, nos municípios maiores, a eleição para as câmaras municipais acontecesse pelo sistema majoritá-



Eleitores em seção de votação: municípios seriam divididos em distritos

rio, com o universo eleitoral dividido em distritos. Pelo voto distrital, o município seria dividido em distritos, em número igual às vagas para a câmara municipal, e cada partido lançaria um único candidato em cada distrito.

A CCJ rejeitou o projeto em 2014, aprovando voto em separado de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ele argumentou

que o sistema proporcional é mais adequado à atual forma de vida nas cidades.

O PLS 25/2015 foi apresentado por José Serra (PSDB-SP). Também prevê que nos municípios com mais de 200 mil habitantes os vereadores deverão ser escolhidos pelo voto distrital, como é mais conhecido o sistema majoritário uninominal.

Reforma política começará na próxima semana

O Senado começará a votar propostas de mudanças no sistema político a partir da próxima semana.

A decisão, tomada ontem durante reunião de líderes, foi comunicada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A decisão acontece um dia após a Casa promover uma sessão temática sobre a reforma política.

De acordo com Renan, os líderes têm até amanhã para apresentar a lista de projetos referentes à reforma política que querem colocar na pauta de votações.

Ele já adiantou alguns pontos que serão analisados imediatamente.

— Desde logo nós vamos votar a desincompatibilização de cargos do Executivo para disputar reeleição. É uma medida importante, profilática. Nós vamos votar o fim das coligações proporcionais. E nós vamos apreciar rapidamente o voto majoritário nas eleições em municípios acima de 200 mil habitantes — listou.

O presidente do Senado observou que não há consenso sobre os temas, mas

enfatizou que é importante dar o primeiro passo e iniciar as votações das propostas.

— Quando não há consenso, o Parlamento delibera, vota. Se nós não reformarmos a política, nós seremos todos reformados — disse Renan Calheiros.

Ele lembrou que o Senado aprovou há mais de uma década uma reforma política profunda que incluía desde voto facultativo até definições claras sobre financiamento de campanhas, mas que “a proposta não andou na Câmara”.

Cristovam promove debate de soluções para um novo Brasil

Cristovam Buarque (PDT-DF) está organizando um evento aberto com o objetivo de debater a situação atual do país e possíveis saídas ou soluções na direção da construção de um novo Brasil.

O evento, batizado de Roda de Conversa, contará com a presença do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, economistas, professores, políticos e profissionais de diversos setores.

O encontro está marcado para hoje, às 19h, no Auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal, Via N2, Unidade de Apoio 5.

Humberto sugere acompanhamento de obras em rodovias de Pernambuco

O líder do PT, Humberto Costa (PE), sugeriu ontem a criação de uma comissão externa para fiscalizar as obras viárias federais em Pernambuco, segundo ele, vitais para a economia do estado.

De acordo com o senador, o objetivo da comissão é garantir a execução das obras, com o cumprimento do cronograma, a alocação de dinheiro e o destravamento de eventuais obstáculos administrativos.

As principais obras que a comissão deverá acompanhar são a construção do Arco Metropolitano do Recife e as duplicações das BRs 104, 423 e 232.

Humberto disse que as obras vão dinamizar a economia de Pernambuco, com a melhoria

do escoamento da produção, e desafogar o trânsito no Recife e em cidades cortadas pelas rodovias.

— Esta comissão proposta vem para ajudar o andamento dessas obras federais de grande relevância para Pernambuco e para os estados vizinhos, especialmente Paraíba e Alagoas.

O senador ressaltou que a iniciativa deverá envolver a sociedade e os entes governamentais nas discussões, por meio de audiências públicas.

Humberto também comemorou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de proposta dele que pune com detenção quem vender ou oferecer bebida alcoólica para crianças e adolescentes.

Renan Calheiros defende cortes no setor público para fazer ajuste fiscal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem que o Executivo faça cortes na máquina pública para mostrar que está contribuindo para o equilíbrio das contas. As medidas incluem a redução de cargos comissionados e a revisão de contratos.

Para Renan, não é razoável transferir a conta para a “parcela mais sofrida da população”, quando outros setores também devem contribuir.

Ele deu como exemplo o que está acontecendo no Senado e ressaltou que o Congresso não faltará com o Brasil e vai ajudar no aprofundamento do ajuste.

— Aqui no Senado nós fizemos

isso. Cortamos 37% dos cargos em comissão. Acho que esse é um bom exemplo que pode ser levado para o ajuste fiscal brasileiro.

O presidente do Senado também cobrou maior participação do PMDB nas decisões do governo federal. Ele avalia que a coalizão do governo deve ser aprimorada.

— O PMDB, que é o maior partido no Congresso, não tem papel na coalizão e na definição das políticas públicas. Isso que está não pode continuar. O PMDB não está preocupado com cargos. O PMDB já tem cargos demais. O que o PMDB precisa ter na coalizão são encargos, e não cargos — declarou.



Presidente citou o Senado como exemplo de economia de recursos públicos

Em visita, parlamentares do Amazonas destacam papel das TVs legislativas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do senador Omar Aziz (PSD-AM) e de representantes da Câmara Municipal de Manaus. Eles trataram da importância das TVs legislativas e da presença da TV Senado na capital amazonense.

O vereador Luis Mitoso

(PSD); o presidente da Câmara Municipal de Manaus, vereador Wilker Barreto (PHS); o deputado estadual Bosco Saraiva (PSDB) e o presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma), Claudomiro Carvalho Filho, também participaram do encontro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h PEC sobre carreira de agente de defesa civil é uma das propostas em pauta.

PRESIDÊNCIA Nelson Barbosa

11h Renan Calheiros preside sessão do Congresso para promulgação da Emenda Constitucional 85/2015, de incentivo à ciência e tecnologia. Às 15h, recebe o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Às 16h, preside a ordem do dia.

CONGRESSO PEC da Tecnologia

11h Promulgação da Emenda Constitucional 85/2015, que atualiza na Carta o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

ESPECIAL Roda de Conversa

19h Cristovam Buarque promove debate sobre a situação do país com o governador do DF, Rodrigo Rollemberg, entre outros, no auditório do ILB.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segue à promulgação medida que adiou para julho a entrada em vigor da lei considerada marco civil das parcerias entre organizações não governamentais e o Estado

Plenário aprova MP que trata da Lei das ONGs

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 658/2014, que adiou a entrada em vigor da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014). A medida altera a lei considerada marco civil no relacionamento das organizações não governamentais (ONGs) com o Estado, estabelecendo sua validade a partir do final de julho, enquanto o texto original fixava outubro passado. A lei fixa normas para licitações e contratação das entidades e reforça o monitoramento e a avaliação das parcerias.

A relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), lembrou que a comissão mista responsável pelo texto realizou uma audiência pública para buscar sugestões. Foram apresentadas 59 emendas, a maioria acatada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/2014, aprovado por unanimidade em dezembro. As alterações, no entanto, foram rejeitadas na Câmara — que aprovou o texto original da MP.

Gleisi disse lamentar a



Gleisi Hoffmann, observada por Eunício Oliveira e Luiz Henrique, lamenta a rejeição ao texto aprovado em comissão

posição dos deputados, pois “não foi discutido o mérito do projeto”. Ela fez uma defesa das alterações, mas admitiu a dificuldade de aprová-las — o que obrigaria a Câmara a analisar novamente a MP, que correria o risco de perder a validade. A senadora disse ter acatado emendas da oposição e sugestões de várias entidades filantrópicas e negou que as

alterações aliviarão a fiscalização, lembrando que a lei é mais rígida com as ONGs do que com as empresas privadas.

Segundo a relatora, seu texto previa a prestação de contas de modo parcial, a ampliação de metas e a inclusão de cooperativas no conceito de organização da sociedade civil. Critérios para seleção de entidades, regras sobre nepotismo

e mais tempo para os ajustes nos contratos dos municípios também estavam entre as mudanças. Para Gleisi, esse não é um tema partidário ou governamental, mas interessa à sociedade como um todo.

— Lamento que tenhamos de votar a MP como veio do Executivo. Nem sequer tivemos a oportunidade de debater.

Para Ricardo Ferraço

(PMDB-ES), a MP promoveu o necessário ajuste da lei — a questão do prazo. Ele disse que a regra representa um avanço para o país ao aprimorar medidas de transparência e de controle e que as alterações propostas no PLV “não merecem prosperar”. Ferraço também destacou o trabalho de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor do projeto que deu origem à lei, e do ex-senador Rodrigo Rollemberg, relator.

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou que já foi funcionária e consultora de ONG e destacou a importância social dessas entidades, “que atuam com políticas inovadoras, muitas vezes em áreas que o governo não consegue alcançar”. Ela lamentou a postura “conservadora e atrasada” da Câmara.

— Na verdade, não tenho nem vontade de votar esta MP, que deixa de ser a possibilidade de significar um avanço para o país — afirmou.

A MP 658 segue agora para promulgação.

Acordo garante proporcionalidade nas comissões

Um entendimento entre lideranças partidárias destravou o processo para indicação dos nomes que vão comandar as comissões permanentes do Senado nos próximos dois anos. O acordo, que levou em conta o tamanho de cada legenda, foi festejado pelo senador Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB, partido com maior bancada.

— Tudo resolvido. Conseguimos entendimento de todos e restabelecemos a tradição de proporcionalidade na Casa. — explicou.

O PMDB ainda não definiu os nomes dos presidentes das três comissões a que tem direito — Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serviços de Infraestrutura (CI) e Assuntos Sociais (CAS). Eunício acredita, entretanto, que a decisão não vai demorar.

— Tenho mais de um nome com pretensão de presidir a CCJ e este é o momento mais

difícil para o líder: escolher, entre os companheiros, aquele que vai presidir — disse, ao deixar a reunião com lideranças no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros.

O PT também não bateu o martelo sobre quem vai indicar para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O líder Humberto Costa espera definir o nome hoje.

— Estamos esperando o entendimento entre o senador Delcídio [do Amaral - MS] e a senadora Gleisi [Hoffmann - PR]. Caso não aconteça, vamos ter que resolver pelo voto — explicou.

Humberto ressaltou o fato de ter havido entendimento entre governo e oposição.

— Conseguimos algo que, na eleição da Mesa, não foi possível: o respeito à proporcionalidade. As escolhas foram atendidas de acordo com a pretensão de cada partido.

Ao PSDB, coube a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que deve ser presidida por Aloysio Nunes Ferreira (SP). O líder da legenda, Cássio Cunha Lima (PB), ficou satisfeito com a escolha.

— O PSDB fez a escolha que desejava, principalmente após a crise na Venezuela. Diante da omissão do governo brasileiro e do fracasso da diplomacia nacional, o partido quer contribuir ocupando a [Comissão de] Relações Exteriores — disse.

A Comissão Senado do Futuro (CSF) será comandada pelo PTB, mas o partido ainda não indicou o nome para o cargo.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) será reconduzida ao cargo de procuradora especial da Mulher. A senadora ocupa o posto desde 2013, quando o órgão foi criado, em atendimento a proposta de iniciativa dela.

Senado elege Elmano Férrer para último cargo vago na Mesa

Elmano Férrer (PTB-PI) é o terceiro suplente da Mesa do Senado. A votação para os membros da Mesa ocorreu no dia 4 e a terceira



concorreu às eleições.

— Sem nenhum desrespeito ao senador Elmano Férrer, vamos manter coerentemente

suplência estava pendente. O nome dele foi aprovado com 52 votos favoráveis, 2 contrários e 9 abstenções (DEM e PSDB).

Pela proporcionalidade entre partidos, o cargo caberia ao DEM, que havia indicado Maria do Carmo Alves (SE). Mas, no dia 4, o partido retirou a indicação em solidariedade ao PSDB e ao PSB, deixados de fora da chapa única que

nossa posição de abstenção nesta eleição, mas colaborando para que a Mesa se complete e cumpra seu papel constitucional — afirmou o líder do DEM, José Agripino (RN).

A coerência também foi o motivo alegado pelo líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), ao orientar a bancada pela abstenção.

Rose de Freitas deve presidir a Comissão Mista de Orçamento

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) será indicada para presidir a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ela prevê



base governista e a oposição para um debate aberto na CMO e criticou o fato de a Lei Orçamentária de 2015 não ter sido votada:

um trabalho transparente e promete “passar a limpo” a situação econômica:

— O Orçamento não vai encontrar em mim uma pessoa para criar uma cortina de fumaça. Vamos ter que trabalhar com a realidade do Brasil, um país em crise e acautelado pelas dificuldades. Rose pretende convocar a

— A peça orçamentária é uma contenda política. Deixar de votá-la é absurdo. Temos que oferecer ao governo pelo menos a condição de administrar os recursos que tem.

Já a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher será presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

Comando pelo consenso

COMISSÃO	PRESIDENTE	PARTIDO
CAE Comissão de Assuntos Econômicos	A definir	PT
CAS Comissão de Assuntos Sociais	A definir	PMDB
CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	A definir	PMDB
CCT Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	Cristovam Buarque (DF)	PDT
CDH Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Paulo Paim (RS)	PT
CDR Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Davi Alcolumbre (AP)	DEM
CE Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Romário (RJ)	PSB
CI Comissão de Serviços de Infraestrutura	A definir	PMDB
CMA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	Otto Alencar (BA)	PSD
CRA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	Ana Amélia (RS)	PP
CRE Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Aloysio Nunes Ferreira (SP)	PSDB
CSF Comissão Senado do Futuro	A definir	PTB

Em reunião com a ministra Izabella Teixeira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que o projeto vai tramitar em regime de urgência para acelerar a análise

Lei da Biodiversidade pode ser aprovada logo

A MINISTRA DO Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pediu ontem, em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, agilidade na apreciação do projeto da Lei da Biodiversidade.

De iniciativa do Poder Executivo, a proposta (PLC 2/2015) já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma de um texto substitutivo do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

O projeto simplifica as regras para a pesquisa e a exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais.

O texto tramitará em regime de urgência no Senado e deverá ser apreciado em até 45 dias. Após esse prazo, passará a trancar a pauta de votações.

Renan disse à ministra que não poupará esforços para analisar a lei rapidamente.

— Mandei lerem o projeto no Plenário. Com isso, já se começa a contar o prazo do regime de urgência. O Marco da Biodiversidade vai ser enviado hoje [ontem] para as comissões — garantiu.

O presidente explicou que o regime de urgência é importante porque tranca a pauta da Casa e permite que o projeto seja analisado simultaneamente em todas as comissões pelas quais vai passar.

Inicialmente, três comissões examinarão o texto: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Meio Ambiente (CMA). Ontem à noite, o Plenário aprovou requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para



Já analisada pelos deputados, a proposta simplifica as regras para o uso de conhecimentos de comunidades tradicionais

que o projeto passe também pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Um dos objetivos da proposta é desafogar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genéti-

co (Cgen), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que concentra os pedidos para que pesquisadores façam estudos com material genético nacional.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o Senado terá todo o cuidado em fazer uma legislação que preserve os direitos relativos à riqueza natural. A senadora ressaltou que os recursos devem estar disponíveis para quem desenvolve pesquisa, mas também pertencem às comunidades tradicionais.

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse ter expectativa de que o Brasil reduza a biopirataria. Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou que o conhecimento tradicional constitui uma espécie de atalho científico e tecnológico.

— Não precisa você ficar ali investindo anos a fio com pesquisas infundáveis para chegar a um conhecimento que já existe — afirmou.

Nova regra prevê royalty e participação de comunidade

O acesso ao patrimônio genético é regulado pela Medida Provisória 2.186-16/2001 e cabe ao Cgen a autorização prévia para o início das pesquisas por meio de processo que leva tempo e exige grande documentação.

Segundo o governo, a regra dificulta a pesquisa e o aproveitamento do patrimônio genético, assim como a repartição dos benefícios de produtos originados deles. Pela proposta do governo, haverá um royalty de 1% da receita líquida obtida com a exploração de produto acabado

ou material reprodutivo (sementes ou sêmen, por exemplo).

Entretanto, se houver dificuldades de competitividade no setor de atuação, o governo poderá negociar uma redução para até 0,1%. A repartição poderá ser também não monetária, por meio de ações de transferência de tecnologia.

Outra novidade do projeto é a garantia de participação das populações indígenas e das comunidades e agricultores tradicionais na tomada de decisões, em âmbito nacional, sobre assuntos

relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos.

Fica isento de qualquer tipo de autorização o intercâmbio entre as populações indígenas, comunidades e agricultores tradicionais para seu próprio benefício.

As penalidades para quem descumprir as regras vão de advertência e multa (de R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões) até suspensão da venda do produto. O texto, na forma aprovada pelos deputados, anistia empresas que foram multadas por pesquisar sem autorização.

Ângela Portela destaca resultados do Mais Médicos

Ângela Portela (PT-RR) informou ontem que, em breve, Roraima terá mais dez profissionais do Programa Mais Médicos. Eles vão trabalhar em dois municípios e em um distrito ianomâmi. Segundo a senadora, o programa levou, em menos de um ano, 100 médicos para atender a população do estado, que sofria com problemas na saúde pública.

Ela ressaltou a importância do Mais Médicos para todo o país: até 2014, quase 14,5 mil médicos do programa atuavam em 3,7 mil municípios. Com o novo edital, o número de cidades beneficiadas sobe para 4 mil, o que representa 72,8% dos municípios brasileiros.

— Balanço feito pelo Ministério da Saúde mostra que este tem sido o melhor e mais eficiente programa já implantado no país para garantir a assistência na atenção básica da população — afirmou.



Moreira Moraes/Agência Senado

Reguffe reclama de planos de saúde e de fiscalização

Reguffe (PDT-DF) acusou os planos de saúde de usarem um expediente espúrio, vendendo apenas planos coletivos, e não individuais. O senador afirmou que, se o usuário do plano tiver uma doença grave após um ano, o contrato não será renovado.

Ele também reclamou da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que, disse, não defende os interesses dos consumidores de planos de saúde:

— Os planos fazem o que querem. Vendem planos empresariais de cinco, seis vidas como planos coletivos, sem nenhuma garantia para o consumidor, e, quando o consumidor tem uma doença grave, simplesmente não renovam esse plano ao fim do ano. Há uma omissão total da ANS. Aliás, queria saber a quem serve a ANS, porque ao consumidor é que não é.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário elogia gestão do ministro do Trabalho

Telmário Mota (PDT-RR) elogiou a gestão do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Segundo o senador, Dias trabalha para modernizar os sistemas de benefícios administrados pelo ministério. Ele citou o projeto de identificação biométrica do trabalhador para concessão do seguro-desemprego e o sistema de autointermediação de mão de obra, que permite ao trabalhador buscar vagas de emprego em qualquer estado do país.

O objetivo do ministério é informatizar as rotinas do órgão para desburocratizar o atendimento e agilizar a prestação de serviços, como a emissão de carteira profissional.

— Não é aceitável que em pleno século 21 o cidadão tenha que esperar 30 dias para ter a sua carteira em mãos. Imagine quantas oportunidades de emprego poderá perder — disse o senador.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Flexa diz que "Brasil, pátria educadora" é ficção

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comentou ontem reportagem da revista *IstoÉ* que questiona as medidas do governo para justificar o lema "Brasil, pátria educadora", anunciado pela presidente da República, Dilma Rousseff, quando tomou posse no novo mandato.

Ele citou dados do movimento Todos pela Educação, que avalia estudantes do ensino fundamental. Quando comparadas as notas nas provas de matemática e português dos anos de 2011 e 2013, é possível verificar que os índices caíram, disse o senador.

— O mundo assistiu à distribuição do Oscar para o melhor filme, o melhor ator. Faltou ser entregue o Oscar de melhor maquiagem para a presidente Dilma, por sua contabilidade criativa, por pintar em falsas cores os desastrosos dados do Brasil — criticou.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ataídes Oliveira critica erros do governo Dilma

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apontou o que considera como erros graves do governo de Dilma Rousseff em áreas como infraestrutura, controle das contas públicas, combate à corrupção e educação.

O parlamentar disse que a presidente falhou na gestão do Programa de Aceleração do Crescimento, acarretando risco de desabastecimento energético. Além disso, houve casos de desvio de recursos públicos que, na avaliação dele, teriam sido facilitados pela negligência da presidente.

Os erros na área econômica, afirmou o senador, serão custeados pela população, com aumento de impostos, retração dos empregos e inflação.

— Dilma quebrou as finanças e trouxe a inflação. Tivemos o pior déficit comercial desde 1947. Um rombo de US\$ 90 bilhões é o déficit nominal das contas públicas.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

O relator do projeto, senador Jorge Viana, já acatou parte das emendas propostas ao texto e deverá apresentar o substitutivo aos líderes do Congresso ainda nesta semana

Novo rito para vetos deve ser votado na terça

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC), relator do projeto que altera regras para exame de vetos presidenciais (PRN 1/2015), e os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ana Amélia (PP-RS), autores de emendas ao texto, disseram confiar em um acordo para a votação da proposta na próxima reunião do Congresso, agendada para terça-feira.

Viana já acatou parte das mudanças sugeridas e confia que, com mais alguns ajustes, será possível aprovar o texto. O projeto entrou em pauta anteontem, mas não foi votado por conta da polêmica sobre limites à apresentação de destaques — pedidos para exame em separado de partes de um veto. Partidos que são minoria na Casa alegaram cerceamento do direito de dis-



Preocupação de Jorge Viana é fixar regra para evitar o prolongamento das sessões e a demora na apuração dos votos

cutir e decidir sobre o assunto.

Entre as emendas já acatadas pelo relator, está a possibilidade de líderes da Câmara e do Senado apresentarem requerimento para destaque. No texto original, a prerrogativa era exclusiva das bancadas.

Outro aspecto que deve ser alterado é a possibilidade de exame de cada destaque separadamente, e não em globo, como previsto no projeto.

Segundo Viana, o substitutivo deverá ser apresentado aos líderes das duas Casas

do Congresso ainda nesta semana para discussão. Entre os ajustes que ainda fará, está a ampliação do limite de destaques conforme a quantidade de dispositivos em exame.

O texto original determinava a apresentação de um a

quatro destaques, conforme o tamanho da bancada, independentemente do número de dispositivos. A regra se torna insuficiente para situações que exigem a votação de muitos itens numa só sessão, como enfatiza Cássio Cunha Lima.

A preocupação do relator, no entanto, é estabelecer regra para evitar o prolongamento das sessões, como ocorreu no ano passado, quando foram votados 314 dispositivos vetados, de 38 projetos. Outro problema na ocasião foi a demora na apuração dos votos, que só foi concluída no dia seguinte à sessão de votação. Para agilizar o processo, o PRN 1/2015 instituiu a votação por meio de cédula eletrônica, com registro dos votos dos parlamentares em QR Code e conclusão da apuração momentos após o término da votação.

Comissão vai acompanhar negociações com caminhoneiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, em Plenário, a criação de uma comissão temporária de senadores para acompanhar as negociações entre o governo e os caminhoneiros parados em protesto por todo o país há sete dias. A categoria, que interdita estradas em pelo menos 13 estados, reclama da alta do preço do diesel, da redução do preço do frete e do valor dos pedágios em rodovias.

A comissão será composta pelos senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT), Elmano Férrer (PTB-PI) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). A instituição da comissão foi solicitada por Moka, com o argumento de que o Senado não poderia ficar omisso

diante da manifestação, que já provoca ameaça de desabastecimento no país.

Na avaliação do senador, a reunião de ontem dos caminhoneiros com o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, e com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, talvez não

seja o suficiente para resolver o impasse.

— Aqui no Senado nós tínhamos de estar monitorando essas negociações porque a impressão que eu tenho é de que o governo não tem o alcance real das dificuldades que esse protesto vai trazer para o país — afirmou o parlamentar.



Motoristas protestam em Igarapé, Minas Gerais: greve atinge 13 estados

Vanessa Grazziotin anuncia projeto para evitar jornada de 12 horas para motoristas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que pretende apresentar proposta para evitar a jornada de até 12 horas diárias para motoristas. O novo limite consta de projeto aprovado semana passada pela Câmara e enviado à sanção presidencial (PLC 41/2014).

Para a senadora, a jornada

de 12 horas não atende o interesse da população, mas de grupos econômicos que visam aumentar os lucros.

— Lamento, mas quero dizer que apresentarei um projeto para emendar a lei, para voltar a jornada da CLT — anunciou, fazendo referência à jornada máxima de 11 horas.

A Câmara concluiu a votação do PLC 41/2014 dia 11 de fevereiro. A matéria tinha sido aprovada no Senado em junho do ano passado.

A jornada continua a ser de oito horas, com duas extras, como os senadores pretendiam. Mas, segundo a proposta agora enviada à

sanção, convenção ou acordo coletivo poderá prever até 4 horas extras, o que eleva o limite para 12 horas.

A cada 6 horas no volante, deve-se descansar 30 minutos, mas o tempo poderá ser fracionado, assim como o de direção, desde que este seja de até 5 horas e meia contínuas.

Paulo Bauer pede providências para acabar com a greve

Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou a falta de providências do governo diante da paralisação dos caminhoneiros. Na avaliação dele, Dilma Rousseff e seus ministros não souberam compreender as dificuldades dos transportadores de cargas, que foram levados a uma situação de “angústia, desespero e falta de perspectiva”.

Sobre as ações para desbloqueio de rodovias, o senador criticou o que chamou de “diálogo da bala de borracha”, ressaltando que o uso da força deve ser o último recurso para garantir o direito de ir e vir.

— O que não se permite e não se pode aceitar é que apenas a força pública seja usada e não se use a força da inteligência, a força da competência, a força da responsabilidade, coisas que faltam ao governo. Este é um governo para galinhas, e não um governo para pessoas — afirmou.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Alvaro Dias quer entendimento para suspender paralisação

Alvaro Dias (PSDB-PR) reforçou a necessidade de o governo encontrar uma solução para superar o impasse com os caminhoneiros e evitar prejuízos maiores à economia.

O senador afirmou que a causa da crise está no desejo do governo de arrecadar mais, aumentando não só o preço dos combustíveis, mas também impostos, para resolver problemas criados por sua própria incompetência.

Para Alvaro, não há como explicar que o preço dos combustíveis sobe no Brasil, enquanto o preço do petróleo cai no mercado mundial. Por isso, disse ele, é fácil entender a insatisfação dos caminhoneiros.

— O nosso desejo é que as negociações possam ser conduzidas com bom senso e rapidez. O governo já se antecipa: não quer reduzir o preço do óleo diesel. O transporte de cargas e o escoamento dos produtos do agronegócio precisam ser normalizados — alertou.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Lasier Martins, “Brasil depende dos caminhões”

Lasier Martins (PDT-RS) reclamou do agravamento da paralisação dos caminhoneiros. Parlamentares e líderes dos caminhoneiros discutiram o problema ontem com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, informou o senador.

Entre as reivindicações, estão a redução do preço do diesel e o reajuste do preço do frete. Segundo Lasier, há menos carga porque a indústria está produzindo menos, devido às dificuldades da economia e à incapacidade do governo de estimular o setor.

— Estamos à vista de uma crise que tende a se agravar. Tomara que não passe de um prenúncio, de uma ameaça em razão desta paralisação, porque, se sabe, quando os caminhoneiros param, para tudo no Brasil. Dependemos dos caminhões, dependemos do transporte.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Senadores da base do governo e da oposição repercutem decisão de agência de classificação de risco de reduzir o grau de confiança para investimento na empresa

Rebaixamento de nota da Petrobras divide senadores

A DECISÃO DA agência internacional de classificação de risco Moody's de rebaixar a nota de crédito da Petrobras ganhou contornos políticos e repercutiu no Senado. A base do governo afirma que a companhia já toma providências para recuperar o prestígio. A oposição, por sua vez, diz que o resultado é fruto da irresponsabilidade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o rebaixamento preocupa porque "não ajuda na manutenção da confiança para o país sair da crise".

— Tudo o que não ajuda a restaurar a confiança no investimento, na geração de empregos, na retomada do crescimento da economia, preocupa — explicou.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que a avaliação da Moody's era prevista como resultado do cerco sofrido pela Petrobras, bem como de ações especulativas de operadores do mercado e de interesses pela privatização da exploração do petróleo da camada do pré-sal. Além disso, de acordo com Costa, há o fato concreto de denúncias de corrupção.

O senador está, no entanto, otimista com a recuperação da empresa, que, para ele, está tomando providências.



Para Humberto Costa, líder do PT, medidas de saneamento já foram tomadas

— O importante é que as medidas para saneamento da empresa foram tomadas. A nova diretoria está empenhada em garantir o balanço auditado para o mais breve possível. Já houve uma revisão na política de investimento e uma nova governança está em implantação. Acredito que é uma questão de tempo para que a Petrobras recupere seu nível de investimento — disse.

Aécio Neves (PSDB-MG), por sua vez, declarou que o rebaixamento da nota da Petrobras no mercado é fruto da irresponsabilidade com a qual a companhia foi conduzida ao longo dos últimos anos. Para ele, o impacto vai ser sentido em toda a economia.

— Fornecedores estão desempregando e a reação do governo é achar que está tudo

normal. A fala da presidente da República hoje é assustadora, pois ela não tem noção da gravidade da situação da Petrobras e das consequências disso para o restante da economia. Nós podemos estar a passos também do rebaixamento da nota de risco da própria economia brasileira — afirmou.

A presidente Dilma Rousseff disse ontem que o rebaixamento da nota é uma "falta de conhecimento" do que está acontecendo na estatal.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que, ao fazer uma gestão desastrosa, o governo semeou o vento e agora colhe a tempestade.

— É algo que se esperava e se lamenta profundamente. Quem semeia o vento, colhe tempestades — disse o senador.

Críticas visam a privatização, diz Fátima Bezerra

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que muitas das críticas feitas à Petrobras escondem a intenção de privatizar a companhia. Ela participou do lançamento do manifesto "Defender a Petrobras é defender o Brasil" pela Federação Única dos Petroleiros e pela Central Única dos Trabalhadores.

Para Fátima, as irregularidades devem ser investigadas e punidas, mas a imagem da companhia deve ser preservada.

— Defender a Petrobras é defender o povo brasileiro, é defender seus trabalhadores. Uma coisa são as atitudes condenáveis de alguns servidores. Outra coisa é a instituição, que merece respeito.

Assinam o documento artistas, intelectuais e políticos, entre eles o ex-presidente Lula.



Fátima Bezerra apoia manifesto sindical em defesa da estatal

Vanessa: objetivo é enfraquecer governo Dilma

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o objetivo dos "ataques à Petrobras" é enfraquecer a estatal e o governo Dilma Rousseff. Ela disse ser favorável às investigações de irregularidades e à punição dos envolvidos no escândalo, revelado no curso da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

— Nós queremos avançar no investimento de 10% do PIB em educação, mas não conseguiremos isso sem uma Petrobras forte. Portanto, o que está em curso por parte de muitos não é a tentativa de combater a corrupção. É a tentativa, em primeiro lugar, de enfraquecer a Petrobras, a empresa da qual o Brasil depende. E, número dois, é acabar, constringer e desmoralizar o governo da presidenta Dilma — declarou.



Para Vanessa, não haverá avanço na educação sem a Petrobras

Congresso promulga hoje emenda que incentiva a ciência

O Congresso promulga hoje a Emenda Constitucional (EC) 85, que altera a Constituição para assegurar que atividades de ciência, tecnologia e inovação sejam assunto prioritário de Estado. A emenda é proveniente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, aprovada pelo Senado em dezembro.

O objetivo da emenda é impulsionar a pesquisa nacional e a criação de soluções tecnológicas que melhorem a atuação do setor produtivo. Com a modificação será possível, por exemplo, a integração entre instituições de pesquisa tecnológica e empresas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) explicou que

a emenda permitirá novas parcerias e mais recursos para investir na área. Para o senador, é preciso que haja maior engajamento das empresas e do setor privado para que, em parceria com o Estado, intensifiquem a inovação para o desenvolvimento do país.

— Como ex-presidente da CCT [Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática], recebo a promulgação com muita alegria. O grande problema da ciência e da tecnologia é o pequeno investimento que o Brasil faz em relação aos países desenvolvidos — disse.

Uma das novidades da EC 85 é a

ampliação das entidades que poderão receber apoio financeiro do poder público. Atualmente, apenas as atividades universitárias de pesquisa e extensão podem receber esse apoio. Com a emenda, além das universidades, poderão ser apoiadas instituições de educação profissional e tecnológica.

A emenda também estabelece, como nova função do Estado, o estímulo à articulação entre os entes do setor, públicos ou privados, na pesquisa, capacitação científica e tecnológica e inovação. É permitida a cooperação de União, estados, Distrito Federal e municípios com órgãos e entidades

públicas e privadas.

O texto dá maior liberdade na administração dos recursos destinados a pesquisas, ao permitir remanejamento ou transferência de uma categoria de programação para outra sem necessidade de autorização legislativa prévia.

A promulgação ocorre em sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado, às 11h. Foram convidados representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de universidades.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Manifestantes atacam sede da Procuradoria-Geral venezuelana: comissão quer conversar com políticos do país vizinho

Senado vai acompanhar de perto crise na Venezuela

Foi aprovada ontem, em votação no Plenário, formação de uma comissão externa destinada a visitar o país para ter mais detalhes sobre o agravamento das tensões entre o governo Maduro e a oposição

O PLENÁRIO APROVOU ontem requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para a criação de uma comissão externa do Senado com o objetivo “de verificar in loco a situação na Venezuela”. O grupo deverá dialogar com membros do parlamento, do governo, da oposição e da sociedade venezuelanos, além de organismos internacionais.

Ferraço justificou o pedido argumentando que a Venezuela está passando por uma grave crise social, política e econômica. Ele explicou que o país vizinho, como membro do Mercosul, tem obrigação de cumprir a chamada cláusula democrática prevista no Protocolo de Ushuaia, de 1998.

O senador destacou a prisão do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e a morte de um adolescente de 14 anos

durante manifestação contrária ao governo do presidente Nicolás Maduro.

O parlamentar afirmou que o governo venezuelano mantém outras pessoas detidas, consideradas como presos políticos. Ele lembrou ainda que a deputada da oposição María Corina Machado teve o mandato cassado em 2014.

“A reação democrática dos países de nosso continente diante do quadro de agravamento a que assistimos deve ser mais afirmativa”, escreve Ferraço na justificativa do requerimento.

Segundo ele, “nas vezes em que o Brasil se manifestou por meio de nossa Chancelaria, o tom foi exageradamente tímido, talvez em função dos vínculos ideológicos e partidários que têm prejudicado a autonomia brasileira”.

Antes da aprovação, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse não entender como funcionaria uma comissão externa para investigar “as condições dos direitos humanos” em um país vizinho. Ela pediu que o requerimento fosse enviado para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), mas não obteve sucesso.

Mais cedo, em discurso em Plenário, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou preocupação “com a escalada de violência perpetrada pelo governo chavista de Nicolás Maduro”. Em apartes, Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobraram posicionamento mais firme do governo brasileiro frente à crise venezuelana.

Mobilização por CPI do BNDES deve ser retomada

Deve ser retomada na próxima semana mobilização dos partidos de oposição no Senado para criar comissão parlamentar de inquérito visando investigar supostas irregularidades no BNDES.

— Vamos investigar tudo o que for preciso, os contratos secretos, os financiamentos suspeitos, os prejuízos causados ao erário — afirmou o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB).

São necessárias 27 assinaturas, um terço dos senadores, para a instalação de CPI. Cássio considera ainda a possibilidade da criação de uma comissão mista, para o que será necessário o apoio de 171 deputados. A oposição também conta com a adesão dos senadores independentes na coleta de assinaturas para

a criação da CPI.

Para o líder do Bloco de Oposição, Alvaro Dias (PSDB-PR), é preciso investigar o “desvio de finalidade” do BNDES:

— Há denúncias graves sobre a remessa de recursos através de empreiteiras, empréstimos sigilosos a países ditatoriais. Eu creio que há muito a apurar em relação ao comportamento do BNDES.

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), disse que não existe um fato objetivo que justifique a CPI. Segundo ele, a orientação é para que o BNDES use de “toda a transparência” para qualquer esclarecimento ao Senado:

— No final das contas fica parecendo que querem brigar e usar o Congresso para desgastar comercialmente um grupo ou outro. O presidente

do BNDES disse que está à disposição de todas as bancadas para vir aqui e conversar; se quiserem chamá-lo para alguma comissão, ele vem.

Humberto disse também que não acredita em uma grande repercussão da CPI da Petrobras que será instalada pela Câmara hoje. Entende que se trata apenas de disputa política e não há mais o que investigar, uma vez que já há envolvidos denunciados e julgados.

No Senado não se alcançou número necessário de assinaturas para instalação de nova CPI da Petrobras este ano, em requerimento apresentado pelo PSDB. A oposição reconhece também o avançado trabalho de investigação realizado pela Justiça, Ministério Público e Polícia Federal.

Medeiros repudia apoio do PT ao governo Nicolás Maduro

José Medeiros (PPS-MT) elogiou a posição do Senado de acompanhar a situação na Venezuela, onde foi preso o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, opositor ao governo do presidente, Nicolás Maduro. O senador classificou como “lamentável” a nota divulgada pelo PT em que apoia o presidente venezuelano.

— A Casa está de parabéns,

porque tem repudiado a forma de fazer política desse presidente que cria conspirações a todo momento para justificar o seu regime de terror — afirmou.

No mesmo discurso, ele defendeu a criação de uma universidade federal em Rondonópolis, no sul de Mato Grosso — região que, segundo Medeiros, tem participação ativa no desenvolvimento do estado.



Moreira Menezes/Agência Senado

Ferraço elogia artigo com críticas à política externa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou artigo do embaixador Sérgio Amaral, publicado ontem, sobre política externa e seus impactos no dia a dia do país.

Amaral destaca a necessidade de correção de rumo diante do declínio do Mercosul e da perda de relevância das economias emergentes e critica a indiferença do Brasil a práticas antidemocráticas na Venezuela. O artigo

propõe um acordo do Brasil com a União Europeia para consolidar parceria estratégica para o país.

“O imobilismo, quando não o retrocesso do Mercosul, comprometeu a integração sul-americana, uma bandeira tradicional e histórica da diplomacia brasileira. Hoje esse objetivo virou uma retórica vazia, sem aderência à realidade”, diz o embaixador no artigo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio: nota do Itamaraty sobre país vizinho foi hipócrita

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez duras críticas à posição do governo brasileiro em relação à situação política na Venezuela. Ele qualificou de hipócrita nota em que o Planalto pede a retomada do diálogo entre o governo de Nicolás Maduro e

co, que abusa da violência contra opositores, e pessoas que lutam pelo que resta de democracia.

— Uma nota hipócrita, covarde, como se a oposição estivesse se recusando a dialogar com o governo Nicolás Maduro. Como se houvesse ali uma falta de



Waldemir Barreto/Agência Senado

diálogo e não a violência contra a oposição, contra a democracia, contra os direitos humanos — acusou.

Randolfe quer CPI sobre contas de brasileiros no exterior

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defende a instalação de uma CPI para investigar suspeitas de sonegação fiscal por meio de contas de brasileiros no HSBC, na Suíça. Ele quer que a Receita Federal e a Polícia Federal cuidem do caso.

O escândalo veio a público com a divulgação de documento sobre contas secretas mantidas na Suíça pelo HSBC. O banco

teria ajudado a esconder bilhões de dólares em ativos.

Randolfe ressaltou que há mais de 8 mil contas de brasileiros, mas fez questão de dizer que não se pode concluir que todas estejam envolvidas em irregularidades.

— Um escândalo dessa proporção necessita que se tenha informações sobre milhões que podem ter sido sonegados da Fazenda brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Seminário discutiu ontem no Congresso os entraves no atendimento aos 15 milhões de brasileiros com doenças pouco comuns, como fibrose cística e hipertensão pulmonar

Debatedores pedem ações para doenças raras

CRIAÇÃO DE CENTROS de referência de doenças raras, preparo dos profissionais das unidades de saúde, mais recursos para pesquisa e garantia de acesso a remédios. Essas foram algumas das necessidades apontadas por pessoas com doenças raras, em seminário sobre o tema ontem na Câmara.

O evento celebrou o Dia Mundial de Doenças Raras, 28 de fevereiro. No Brasil, estima-se em 15 milhões os pacientes de males como fibrose cística, esclerose lateral amiotrófica (ELA), hipertensão pulmonar. Há pelo menos 8 mil doenças raras catalogadas.

Romário (PSB-RJ), um dos organizadores do evento, apontou a falta de informação como um dos entraves para a melhoria do atendimento.

— Acumulamos muitos avanços ao longo dos anos, mas precisamos de mais — disse.

Os debatedores citaram avanços, como a criação, em 2014, da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras do SUS, mas lamentaram que as diretrizes ainda não estejam em prática.

Segundo Lumena Furtado, do Ministério da Saúde, o órgão tem trabalhado em ações de

qualificação profissional, como o Telessaúde. Por meio dele, especialistas do SUS poderão trocar informações, facilitando a identificação dos sinais desses males. Além disso, R\$ 5 milhões foram garantidos para linhas de pesquisa científica. Para 2015, informou, parceria com a Universidade de Brasília deve viabilizar plataforma para a troca de informações entre cientistas e sociedade.

Para a presidente da Associação Maria Vitória (Amavi), Lauda Santos, é preciso atenção em relação aos planos de saúde, caros demais para quem tem doenças preexistentes, e mais agilidade na aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), das drogas órfãs, remédios para doenças raras e que despertam pouco interesse da indústria farmacêutica, o que os encarece.

O médico Acary Souza sugeriu um projeto para permitir o uso de remédios que ainda não tenham aprovação no país. Gerson Chadi, neurologista, informou, em primeira mão, que pesquisadores brasileiros desenvolveram um neurônio motor adulto a partir de células-tronco de pacientes com ELA, o que facilitará as pesquisas.



Evento, promovido por Romário, debateu a recente Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras

Menos burocracia e mais diagnóstico

Várias iniciativas parlamentares para auxiliar os portadores de doenças raras foram mencionadas no seminário, como a emenda do senador Romário ao Orçamento para a construção de um centro de referência para diagnóstico de doenças raras, no Rio de Janeiro. A ideia é expandi-lo nacionalmente, a exemplo da Rede Sarah.

Ana Amélia (PP-RS) men-

cionou o trabalho que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vem desenvolvendo, com audiências públicas sobre diversas doenças raras, liberação de medicamentos pela Anvisa e propostas legislativas que ela defende ou vai apresentar, como a desburocratização da pesquisa científica, a ampliação do rol de doenças detectadas pelo teste do pezinho ou a trans-

formação da política em lei, já que hoje ela é instituída por portaria. Os medicamentos órfãos também são objeto de interesse da senadora.

— O Congresso precisa permanentemente estar pressionando o Executivo para tomar iniciativas em áreas muito carentes, como essa de doenças raras e outras relacionadas à prevenção — frisou a senadora.

Projeto que criminaliza venda de bebida a menor vai à sanção

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira o Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2011 (PL 5.502/2013, na Câmara) que tipifica como crime, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. O texto, que será enviado à sanção presidencial, prevê detenção de dois a quatro anos e multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil pelo descumprimento da proibição. O projeto original é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE).

De acordo com o texto, se o estabelecimento não pagar a multa no prazo determinado, poderá ser interditado até o pagamento.

A penalidade de detenção será aplicada ainda se a pessoa fornecer, servir, ministrar ou entregar de qualquer forma bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, a criança ou adolescente. Igual penalidade poderá ser aplicada em relação a outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, se a venda ou entrega ocorrer sem justa causa.

O texto é semelhante a outro (PL 6.869/2010), também do Senado, sobre o mesmo tema, que previa pena de detenção de seis meses a quatro anos e multa.

Relator do texto pela comissão especial, o deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) destacou que

um dos fatores da criminalidade é o consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes. “O projeto é um avanço na legislação para visar à melhor saúde, à melhor educação e ao melhor ambiente para a família brasileira”, argumenta.

Para o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), a Câmara precisa “travar guerra contra a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos”. Macris propõe que o Parlamento tenha a mesma iniciativa que resultou na restrição ao fumo e criticou a falta de legislação mais dura quanto à propaganda e ao consumo excessivo de bebidas.

(Da Agência Câmara)

Hoje conduta é tratada como contravenção

Atualmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permite o enquadramento da conduta como contravenção penal, pois, apesar de a proibição da venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes já constar do estatuto, o texto não fixa penalidades para a prática.

A Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/1941) tipifica a venda de bebida alcoólica a menores com pena de prisão simples de dois meses a um ano ou multa. A doutrina jurídica nacional diferencia a reclusão da detenção apenas quanto ao regime inicial de cumprimento da pena. Na reclusão, ele pode começar com o regime fechado, semiaberto ou aberto. Na detenção, não se admite o regime inicial fechado, que pode ocorrer apenas se for demonstrado que ele é necessário. Já a prisão simples, existente apenas na Lei das Contravenções, deve ser cumprida sem rigor penitenciário e em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, no regime semiaberto ou aberto. Não há previsão do regime fechado em nenhuma hipótese para a prisão simples e o condenado fica sempre separado dos condenados à pena de reclusão ou de detenção. Para eliminar o conflito entre as duas leis, o projeto aprovado revoga o dispositivo da Lei das Contravenções Penais sobre o tema.

A grande diferença, portanto, em relação à legislação atual é a tipificação da conduta como crime e a imposição de multa. Como a pena máxima é de quatro anos, o cumprimento poderá ser feito de acordo com a Lei das Penas Alternativas (Lei 9.714/1998), que prevê a substituição por pena restritiva de direitos.



Aprovado na Câmara, projeto do Senado estabelece detenção de 2 a 4 anos e multa de até R\$ 10 mil para quem descumprir proibição